



MULHERES PORTUGUESAS NA IDADE MÉDIA

Wilson Valentim Biasotto

Doutor em História Social e
professor da UFMS/Dourados

O estudo das Crônicas de Fernão Lopes permitiu-nos a visão de que a sociedade medieval portuguesa atribuía à mulher um papel secundário. O paradigma na época era Maria, a mãe de Jesus, e que era posta em segundo plano na hierarquia celestial, portanto, é compreensível que a mentalidade dominante fosse de que na terra os padrões deveriam ser os mesmos.

Palavras-chave: Portugal; mulheres; época medieval.

From the study of Fernão Lopes' Chronicles it was observed that in the Medieval Portuguese society to the woman was assigned a secondary role. The perfect paradigm at the time was Mary, Jesus' Mother, who was assigned a second plan in the celestial hierarchy. Thus, it is comprehensible that the dominant mentality to the woman in the Earth should be the same.

Keywords: Portugal; women; Middle Age.

Este artigo corresponde parcialmente a um dos capítulos de nossa tese, *Realidade e imaginário social nas crônicas de Fernão Lopes*, defendida na USP em 1995, sob a orientação de Victor Deodato da Silva. Não contemplamos aqui alguns temas abordados em nosso trabalho de pesquisa, como o adultério e a prostituição, e que estão intimamente ligados à marginalização da mulher. Empreendemos uma abordagem de ordem mais genérica, excerto do capítulo no qual tratamos dos marginalizados – mouros, judeus, mercenários, aleijados, pobres e mulheres.

Uma vez que nossa fonte foram as crônicas de Fernão Lopes, a elas ficaram limitadas as nossas exemplificações. Disso pode decorrer certa parcialidade no tratamento do tema visto que nosso cronista esteve longe de imaginar que a mulher mereceria posição de destaque num tempo futuro. Que dizer, então, das mulheres que exerciam atividades comuns, se nem sequer os homens nessas condições foram contemplados?

A marginalização da mulher nas crônicas de Lopes salta à vista. Basta tomarmos a proporcionalidade de menções a elas feitas, em comparação com os homens, para nos convenceremos disso. Não que Lopes fosse misógino¹,

¹Maria Lúcia Perrone de Faro Passos entende que Lopes, assim como Nuno Álvares Pereira, era misógino e moralista (cf. PASSOS, 1974, p. 40 e 41). PASSOS, embora ressalve que o cronista teve simpatia por Inês de Castro e Dona Maria, irmã da Rainha Dona Leonor, destacando que o retrato que delas fez reveste-se de grande beleza literária,

pois, ao contrário, em várias oportunidades mostrou-se até mesmo muito simpático às mulheres. Limitou-se, no entanto, a retratar uma realidade de sua época, quando a sociedade atribuía à esmagadora maioria das mulheres um papel secundário diante da história². De qualquer forma, apesar das escassas referências, cremos ser possível traçar um perfil da mulher idealizada para, a partir dele, deduzirmos o nível de discriminação em relação aos homens e o grau de distinção de acordo com as diferenças sociais entre elas próprias³.

Os portugueses da época estudada, independentemente de sexo ou posição social, cultuavam à Mãe de Deus⁴. Maria, além de outros atributos, era tida

considera em sua análise que a obra de Lopes, no que concerne ao sexo feminino, é “*um desfile de mulheres que usam seus encantos demoníacos para aconselhar mal aos homens e levá-los à desgraça e à perdição*”. E, mais adiante, na p. 250, repete que o “*misógino e moralista Fernão Lopes substitui a donzela, a mulher, por uma cidade*”. Lisboa, evidentemente.

² Só haveria uma maneira de não considerarmos as mulheres marginalizadas: reconhecer que sua função, embora diferente dos homens, era necessária, útil e importante, porque se pretendermos ver igualdade na Idade Média, não a encontraremos mesmo em se tratando dos homens. Tem razão quem afirma que “*reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros*”, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado”. Cf. SCOTT, 1992, p. 77.

³ É o que tentaremos fazer tendo as crônicas de Lopes como fonte, embora não desconhecamos que já em 1929 Virginia Woolf tenha apregoado que “*não basta aumentar a massa de informação acerca das mulheres, é preciso reescrever a História*”, o que significa dizer que “*a História não se compreende apenas pelo papel que nela exercem os indivíduos, nem só pelas estruturas e distribuição dos homens em classes sociais, nem só pelo funcionamento da economia e da produção, nem só pelos movimentos demográficos, mas também pela dialéctica feminino-masculino*”. Apud MATTOSO, 1986, p. 35 e 36, respectivamente.

⁴ Os portugueses foram “*desde sempre*”, como diz o Pe. Miguel de Oliveira, devotos de “*Nossa Senhora*”. Afonso Henriques trazia consigo nas campanhas militares uma imagem da “*Mãe de Deus*” e as inúmeras celebrações que se realizavam em sua homenagem pelo reino, decerto são prova disso: “*Purificação (2 de fev), Anunciação (15 de mar), Dormição (precedida de Vigília, 15 ago), Natividade (8 de set), Expectação do Parto ou Senhora do Ó (22 dez)*”. A partir de 1320, em 8 de dezembro, o bispo de Coimbra, D. Raimundo, mandou que se celebrasse todos os anos a festa da Conceição de Nossa Senhora, com o fundamento de que assim “*a fazem pelas outras terras, e como a ela mandou fazer*”. Cf. OLIVEIRA, 1958, p. 169.

como companheira fiel, advogada dos aflitos e mãe extremada de todos filhos de Deus. Se atentarmos bem, ao longo das crônicas de Lopes, verificaremos que essa era a projeção que se fazia sobre as mulheres medievais portuguesas, esses eram os anseios dos contemporâneos. Na imagem de Maria, tinham os coevos um verdadeiro templo de moralidade sobre o qual calcavam os princípios básicos para que a mulher vivesse constantemente em estado de passividade. E se as mulheres comuns não podiam atingir a perfeição encontrada na Mãe de Deus, ao menos deveriam imitá-la. Podemos, inclusive, ir além em nosso raciocínio, estabelecendo uma hierarquia que, começando pela divindade, atingia as camadas mais populares da sociedade. A Mãe de Deus seria uma espécie de espelho para as rainhas, tidas como mães de todos os súditos; as damas da nobreza espelhavam-se na rainha e assim, sucessivamente, formando uma corrente cuja irradiação ia se propagando até atingir as mulheres mais simples. Por não ser uma irradiação direta, torna-se evidente que as qualidades e as virtudes iam perdendo a intensidade na medida em que se distanciavam do centro irradiador, mas de qualquer forma será sempre possível a formação de uma idéia ao menos aproximada do que estamos afirmando. Referindo-se à rainha Dona Leonor, Lopes diz que “*des que ella rreinou apremderom as molheres teer novos geitos com seus maridos, e as mostramças dhuuma cousa por outra mais perfeitamente do que sse acha nos amciãos tempos, que outra Rainha de Portugal fizesse*” (*Crônica de D. João I*, primeira parte, p. 31). Quer dizer, se não passou despercebida essa qualidade numa pessoa tão malquista, a quem o nosso cronista não poupou críticas⁵, muito mais teve a salientar de uma que se fazia merecedora de sua admiração: a rainha Dona Filipa. De fato, pelo retrato que Lopes esboça da rainha Dona Filipa, esposa de D. João I, as mulheres deveriam ser fervorosas devotas, não se abstendo de orações diárias e de leituras da Bíblia, de acordo com as celebrações da ocasião, sendo que os salmos eram lidos às sextas-feiras. Deveriam ser caridosas, oferecendo esmolas aos pobres e às igrejas e mosteiros,

⁵ Além dos amores clandestinos de D. Leonor, outro fator que deve ter pesado para que não fosse muito bem aceita pelos portugueses em geral é que “*pode-se aceitar que ela foi agente da casa de Barcelos para neutralizar o centralismo régio que D. Fernando pretendia executar. Tamaña influência exerceu no espírito do marido que lhe marcou funestamente a vida e não menos os sucessos políticos do tempo*”. Cf. SERRÃO, 1978, p. 288.

ser fiéis aos maridos, sem nunca aborrecê-los e cuidar da educação dos filhos. Não era de bom tom ter ódio nem rancor, ao contrário, era recomendável que cultivassem a humildade e a mansidão e as suas obras deveriam sempre ser feitas com amor a Deus e ao próximo⁶.

Como podemos observar, o parâmetro para Lopes era a própria mãe de Deus. E como na hierarquia celestial Maria era considerada inferior ao Pai e ao Filho, a mulher, em geral, era tida também como inferior ao homem. É interessante notar que em escala terrena quanto mais forte a personalidade do marido menos voz tinha a mulher. Assim é que abundam, nas crônicas de Lopes, exemplos de mulheres que estiveram ao lado do marido como uma simples sombra, levando uma existência opaca, sem jamais manifestar qualquer opinião⁷. Também com base no mesmo paradigma de Maria, a mulher era distinguível e discriminada com maior ou menor intensidade. Quer dizer, quanto mais a mulher se afastasse do arquétipo de moralidade que Maria representava, mais era condenada. A partir dessa constatação compreendemos melhor porque as adúlteras e as alcoviteiras eram perseguidas e as prostitutas confinadas em ruas marginais das grandes cidades ou expulsas por pessoas tidas como exemplares, como o fez certa feita Nuno Álvares Pereira, o Condestável.

⁶ Cf. Fernão LOPES, *Crônica del Rei Dom João I...*, Segunda Parte, p. 211 e 212. Na p. 3 desta mesma obra Lopes qualifica a rainha Dona Filipa de “*muy splandeçente per linhagem e costumes*”. Paradoxalmente D. Filipa foi criada em uma corte onde as virtudes morais não eram tão prolixas, onde coabitavam a segunda mulher de João de Gand e sua amante Katterina Rouet. Não obstante D. Filipa foi “*exemplo a mães e a esposas, compêndio vivo das mais sublimes virtudes, mulher-tipo, se as há sobre a terra*”. Cf. VILLA FRANCA, 1950, *passim*, mas especialmente as p. 40 e 64-71.

⁷ Inclusive rainhas e grandes damas podem ser lembradas para comprovarmos esses casos: Dona Constança, mulher de D. Pedro I; Dona Brites, esposa do Condestável; e Dona Branca, esposa de D. Pedro I, de Castela, jamais tiveram direito a uma palavra nas crônicas de Lopes. Dona Constança, filha desse D. Pedro I que acabamos de mencionar, casada com o Duque de Cambridge, somente teve oportunidade de apelar ao marido para que retomasse o reino de Castela que estava em mãos de D. Henrique de Trastâmara; a Dona Beatriz, filha de D. Fernando, casada com D. João I, de Castela, Lopes só concedeu a palavra para que criticasse a mãe, a rainha Dona Leonor, por conspirar contra o marido. Dona Inês de Castro, embora demonstrasse certa força de temperamento, por negar-se a ser comadre de Dona Constança e por ter tido a coragem de tornar-se amante do rei D. Pedro, não foi uma exceção; a ela também Lopes negou a palavra.

Já que a marginalização da mulher era estabelecida por padrões morais, Lopes não conseguiu perdoar nem àquelas que, mesmo sendo inteligentes, belas e dinâmicas, não se enquadravam nos valores da época. Ao que tudo indica, embora já se conhecesse a diferenciação da mulher em Eva, Helena, Sofia e Maria [relação impulsiva, afetiva, intelectual e moral, respectivamente] (CIRLOT, 1984, p. 391), reprovavam-se naquela época todas as manifestações arquetípicas que não se enquadrassem no último caso. E Lopes não se deixou trair em nenhum momento. Mesmo tentado diante da beleza e de algumas atitudes corajosas de Dona Leonor Teles, nosso cronista permaneceu firme na defesa da moralidade. Tomemos por um tempo algumas referências que Lopes fez sobre a rainha para nos convenceremos de que as contradições que elas encerram são apenas aparentes:

Esta rrainha dona Lionor, ao tempo que a el-rrei tomou por molher, era bem manceba em fresca hidade e iguall em grandeza de corpo; avia loucaão e gracioso geesto e todallas feições do rrostro quaaes o dereito da fremosura outorga, tall que nenhuua por estonce era a ella semelhavell em bem parecer e dulcidom de falla, sofrendo-nos porém de a prasmarr d'alguaas cousas em que nom onesto e muy solltamente fallarom. Ouve grande e vivo entendimento por afortellezar seu estado, tragendo a seu amor e bem-querença assi as grandes pessoas como as pequenas, mostrando a todos leda convesaçom, com graada prestança e muitas bem-feiturias. E porquanto ella era certa que nom prazia aas gentes meudas de ella sser rrainha, segundo se mostrara em Lixboa e em outros logares, e ainda d'alguus grandes duvidava muito, trabalhou-sse de aver da sua parte todollos moores do rreino per casamentos e grandes officios e fortellezas de logares que lhes fez dar, como adeante ouvirees. E fez ainda grande acrecentamento espicialmente n'os de seu linhagem (...) E fez muitos outros casamentos e acrecentamentos em muitos fidallgos e grandes do rreino, por lhe averem todos boom desejo e nom cahir em sua mall-querença, de guisa que nom era nenhuum que de sua bem-feituria e acrecentamento nom ouvesse parte. Era muito graada e liberall a quaaesquer que lhe pediam, entanto que nunca a ella chegou pessoa por lhe demandar mercee que d'ant'ella partisse com vã esperança. Era ainda de muita esmola e caridosa a todos, mas quanto fazia todo danava, depois que conhecerom n'ella que era lavrador de Venus e criada em sua corte: e fallando os malldizentes prasmavom-na dizendo que todallas criadas d'aquella senhora se fingem sempre muito amaviosas, portanto que o manto da caridade que mostram seja cobertura de seus desonestos feitos⁸.

⁸ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando...*, p. 227-230. Em outra crônica Lopes volta a elogiar a beleza, a sagacidade e a firmeza de Dona Leonor no comando do reino.

Não desconhecemos que era de praxe os cronistas medievais elogiarem aos reis recém-empoados e que Lopes não constituiu uma exceção⁹. Mesmo levando em conta os seus vastos recursos literários e a sua capacidade de traçar perfis quase fotográficos das pessoas que descreveu, não deixou de ser repetitivo ao realçar as qualidades dos reis. Para termos uma idéia basta lembrarmos de algumas características gerais dos soberanos sobre os quais mais escreveu. D. Pedro I era gago, bom monteiro, criador de fidalgos, liberal na concessão de mercês, de bom desembargo e justiceiro (LOPES, *Cr. D. Pedro I*, p. 41-43). D. Fernando, ao menos antes de iniciar a guerra com Castela, era bom monteiro, mancebo valente, belo, amador das mulheres, criador de fidalgos, conhecedor e bom praticante dos exercícios bélicos; tinha bom corpo e razoável altura, amava a justiça e seu povo e era também muito liberal na concessão de mercês (LOPES, *Cr. de D. Fernando*, p. 3-9). D. João I era católico fervoroso, cortês no trato com as pessoas, piedoso e amante da justiça, bom companheiro dos senhores e fidalgos, benigno com o povo comum, fiel à sua mulher e liberal na distribuição de mercês¹⁰.

Como se pode observar, muitas das virtudes que Lopes atribuiu aos reis eram comuns a todos, não nos causando portanto nenhuma estranheza encontrar em D. Leonor alguns dos mesmos predicados. Se tomássemos o texto em

O destaque é para a beleza: “*Se os amtiigos que louvarom as nobres molheres, viverom no tempo da Rainha dona Lionor, muito errarõ em seu escprever, se a nom poserom no comto das mais famosas. Porque sse o dom da fremosura de todos muito preçado, fez a alguuas gaanhar perpetuall nome, deste ouve ella tam gram parte, acompanhado de prazivell graça, que aquella que o mais desejar podesse, seeria assaz de comtemta, do que a natureza a ella proveeo, desi com esto sajeza de costumes e gramde avisoamento; e de nenhuua cousa que a prudemte molher perteemça, era ignoramte*”. Cf. Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, Primeira Parte, p. 31.

⁹ Ele próprio nos diz no prólogo da crônica de D. João I que “*em começo de cada huum reynado costumamos de poer parte das bomdades de cada huum rey, nom desuyando da hordem primeira tal modo quiseramos teer com este*”. Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, Primeira Parte, p. 1. Em nossa tese, *Realidade e imaginário social nas Crônicas de Fernão Lopes*, abordamos essa questão no capítulo “O uso dos **topoi** nas crônicas de Lopes”, p. 49-53.

¹⁰ Cf. Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, Primeira Parte, p. 1-3. Embora Lopes não mencione no prólogo, D. João era também bom monteiro, tanto que chegou inclusive a escrever um Livro de Montaria.

que Lopes esboçou o retrato falado da rainha e o colocássemos no masculino, por certo o confundiríamos com o de qualquer outro soberano. Por outro lado, o fato de constatarmos algumas características particulares em cada um desses monarcas não modifica em absolutamente nada o nosso raciocínio porque, afinal, tanto a gagueira de D. Pedro como a beleza de D. Fernando, a fidelidade de D. João ou a fala doce de Dona Leonor compunham seus traços particulares, que lhes eram exclusivos, e que não se relacionavam com qualidades de bem reger um reino. Então, como já dissemos acima, Lopes não era misógino, isto é, não apresentava nenhuma aversão às mulheres, mas possuía uma baliza muito clara para os seus julgamentos de valor. D. Leonor, como qualquer outra rainha de sua época, era aceita normalmente pela sociedade como a mais elevada mandatária do reino; agia e comportava-se de modo análogo a qualquer soberano do sexo masculino. Sua condenação não se devia, portanto, ao fato de haver alguma discriminação às governantes, mas por sua conduta moral estar muito mais para Eva do que para Maria¹¹.

Convém esclarecermos melhor nossa última frase. De fato, não se discriminavam as governantes; uma vez no poder as mulheres eram respeitadas pelo cargo que desempenhavam, contudo a dificuldade estava em atingi-lo. Somente em casos excepcionais é que uma mulher era conduzida ao trono. É o caso da própria Dona Leonor, que somente assumiu a condição de regente enquanto esperava a chegada de um neto que lhe poderia vir da única filha, Dona Beatriz, casada com D. João I, de Castela. Não vindo o herdeiro, assumiria o trono Dona Beatriz, mas quem de fato governaria seria D. João I. O fato não se consumou em virtude da vitória da *Revolução de Avis*; todavia não foi Dona Beatriz quem se colocou à frente de um exército e invadiu Portugal para reclamar o trono, mas seu marido, o rei D. João. Aliás, como já tivemos oportunidade de frisar, Dona Beatriz não tinha voz ativa diante do marido, que lhe embotava qualquer ação. Da mesma forma não foi Dona Constança a dona das ações na tentativa de reconquistar o trono castelhano ao tio D. Henrique I,

¹¹ Não são poucas as vezes em que Lopes refere-se à infidelidade de Dona Leonor, mas a mais incisiva é aquela em que chega a insinuar que D. Fernando matara um filho que ela parira por suspeitar que fosse do Andeiro. Cf. Fernão LOPES, *Crônica de D. Fernando...*, p. 524.

tomado de seu pai, o rei D. Pedro, no entanto seu marido, o duque de Lancaster que, aliando-se ao Mestre de Avis, defendeu os interesses da mulher e inevitavelmente seria o rei de Castela caso se concretizasse sua vitória. Tanto Dona Beatriz como Dona Constança, apesar de serem as sucessoras legítimas, pouco poder possuíam numa sociedade em que ao homem eram destinados os cargos de mando, especialmente aqueles que pressupunham o comando de um exército.

Na realidade algumas funções estavam reservadas exclusivamente aos homens, significando dizer que se não houvesse outras razões, já apontadas, essa seria suficientemente forte para afirmarmos que a mulher era marginalizada. As exceções merecem menção, embora devamos ter em conta que o destaque dado por Lopes aos casos que mostraremos a seguir, devem-se à eventualidade de mulheres terem realizado funções próprias de homens. Uma dessas mulheres é a rainha Dona Joana, mulher de D. Henrique I de Castela, que durante a Guerra Civil, para ajudar o marido contra o seu meio-irmão D. Pedro, participou com desenvoltura das atividades bélicas¹². Outra que agiu no comando de tropas, sem entretanto se dar tão bem, foi a mulher de Airas Gonçalves¹³. Nesse caso, porque Lopes expressa um juízo de valor que vem a propósito para a comprovação de nosso raciocínio, vamos resumir a história. Airas Gonçalves era o alcaide do Castelo de Gaya, no Porto, e certa feita, quando estava ausente, sua mulher mandou pedir aos habitantes de uma aldeia que lhe entregassem certas coisas de que necessitava. Os moradores, ao que parece já cansados de sofrer o peso das tomadias, recusaram-se a obedecer, pelo que

¹² Foi a rainha Dona Joana, “*que pera isto bastante coraçom avia*” quem comandou o cerco a cidade de Çamora, ocasião em que mandou degolar dois filhos de Afonso Lopes Texeda. Os moços eram seus reféns, como segurança de uma preitesia que implicava na entrega da cidade caso não lhe chegassem reforços em determinado prazo. Texeda não cumpriu o acordo e a rainha foi implacável. A cidade a seguir foi tomada, tendo sido em vão a morte dos rapazes. Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando...*, p. 133-135.

¹³ Não deve passar despercebido o fato das mulheres muitas vezes serem identificadas pelo nome do marido e em outras, apesar de constarem os seus respectivos nomes, o do marido vir como um reforço. Essa constatação reforça a idéia de que a mulher ocupava um plano secundário na sociedade da época.

[a] molher dAiras Gõçallvez quamdo lhe com este rrecado chegaram, com pouco siso e gram queixume foi aaquella aldeia, e levou quãtos tiinha comssigo por tomar vingãça delles, e trazer todo o que ouvesse voomtade (LOPES, *Cr. de D. João I*, primeira parte, p. 324).

Os habitantes do Porto, igualmente fartos das tomadias, constatando a saída das pessoas responsáveis pela guarda, aproveitaram-se da oportunidade para invadir o Castelo de Gaya, roubá-lo e derrubar os seus muros e torres. Não é o caso de nos determos aqui sobre a destruição do castelo, nem sobre os efeitos nefastos das tomadias, mas lembrar que apesar delas serem muito comuns naquela época, Lopes atribuiu mais importância ao fato de ser uma mulher “*desajuizada*” a comandante responsável por suscitar tal reação¹⁴. Devemos ressaltar, nesse caso, que a adjetivação deve-se mais ao resultado negativo da ação do que propriamente à condição de mulher. Ademais, não devemos deixar de considerar o fato de que a causa dessa mulher não era a mesma do cronista; ela não estava ao lado dos portugueses, o que provavelmente significaria uma mudança de juízo.

Além dessas duas passagens, nas quais são mulheres as comandantes de ações militares, Lopes ainda menciona outras participações femininas em combates. Quando morreu D. Fernando, os moradores de Elvas foram todos combater o castelo da cidade, que estava pela rainha, “*em guisa que até as molheres e moços todos ajudavom com o que podiam*” (LOPES, *Cr. de D. Fernando*, p. 610). Em Estremoz e Portalegre houve também participação das mulheres em favor do Mestre de Avis, de forma que “*nom soamente os homees como dito he, mas as molheres amtre ssi tiinham bamdo polo Meestre, comtra quallquer que da sua parte nom era*”¹⁵. Depois da batalha de Aljubarrota, muitos retarda-

¹⁴ As reclamações do povo português sobre as tomadias eram constantes. Elas incluíam, dentre outras coisas, pão, galinhas e outras aves, carnes de diferentes animais, peixes, roupas, cavalgadas e forragem. Nas Cortes de Elvas, de 1361, de Lisboa, de 1389, e de Coimbra, de 1398, podemos constatar insistentes queixas no sentido de se pôr fim a esses abusos. Cf. a respeito: GAMA BARROS, 1945, p. 396, 419 e 420. E Fortunato de ALMEIDA, 1922, p. 182 e 183.

¹⁵ Cf. Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, Primeira Parte, p. 76. Nesse capítulo Lopes narra como Maria Esteves, mãe de Nuno Rodrigues Vasconcelos, foi morta por outras mulheres simplesmente porque o seu filho falara mal do Mestre.

tários castelhanos sofreram as conseqüências de terem sido vencidos, pois eram mortos e roubados pelos portugueses, “*e nom soamente os homeens, mas as molheres os ajudauom a roubar e premder*” (LOPES, *Cr. de D. João I*, segunda parte, p. 125). Mas sempre nesses casos as mulheres aparecem como coadjuvantes, nunca no papel principal. A principal atividade das mulheres, quando participavam de alguma ação conjunta com os homens, era a de catar ou atirar pedras nos adversários, tarefa pouco nobre numa luta medieval¹⁶. Portanto, se a mulher já era discriminada da atividade bélica, tida como essencialmente masculina, nas raríssimas vezes em que participava, ficava ainda mais marginalizada por serem reservados a ela papéis pouco dignificantes¹⁷.

Enfim, assim foi como pudemos ver a mulher medieval portuguesa através das Crônicas de Lopes. Um retrato ao mesmo tempo incompleto e algo estereotipado certamente, mas que nos permite afirmar que era tratada com todo o respeito, desde que se comportasse dentro das delimitações que a sociedade lhe impunha, especialmente como cumpridoras dos papéis de mãe e de esposa¹⁸. O respeito a uma mulher grávida podia fazer com que cessasse até mesmo um combate, como ordenou D. João I, ao saber que Teresa Gomes, mulher de Vasco Martins de Melo, estava grávida e encontrava-se em perigo no castelo de Ponte de Lima que então estava prestes a ser invadido (LOPES, *Cr. de D. João I*, segunda parte, p. 36 e 37). Da mesma forma, quer dizer,

¹⁶ Nesse tipo de ação encontramos referências ao menos em Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, Primeira Parte, p. 192, 198 e 246, e Segunda Parte, p. 26.

¹⁷ Na época da “*Revolução de Avis*”, quando a cidade do Porto esteve ameaçada de ser sitiada pelos castelhanos, Lopes coloca na boca de seus habitantes algumas palavras que denotam o conceito que os homens faziam sobre as mulheres em feitos de guerra. Discutindo se deviam sair e dar combate ao inimigo que se aproximava ou se ficavam à espera do cerco, os habitantes tendiam à primeira hipótese, mesmo porque como argumentos perguntavam-se, caso ficassem a esperar: “*...que vergonha seria a nossa? Vêermos nos a çidade çercada de nossos emmiigos, que querem aver de nos homrra, e provar pera quãto ssomos, e nos nom curarmos dello e estarmollos oolhamdo do muro como molheres?*”. Cf. Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, Primeira Parte, p. 204.

¹⁸ Mesmo Lisboa, quando é exaltada por Lopes, transfigura-se em mãe e esposa: “*soaram as vozes do arroido pella çidade ouvindo todos braadar que matavom o Meestre; e assi como viuva que rei non tiinha, e como sse lhe este ficara em logo de marido...*”. Cf. Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, Primeira Parte, p. 21.

respeitosamente, os conselhos das mulheres eram ouvidos e os de uma mãe poderiam ser prontamente atendidos, a exemplo do que fizeram Gonçalo Vasques Coutinho e Nuno Álvares Pereira¹⁹. E os conselhos das esposas também eram frequentes, se bem que deles poderiam advir conseqüências tanto dignificantes para a mulher, quanto poderiam redundar em depreciações cruéis. Tomemos um exemplo de cada caso enunciado.

O destaque dado por Lopes à participação da rainha Dona Catarina, de Castela, para a concretização das pazes com Portugal após a guerra entre os dois vizinhos, iniciada com a crise dinástica aberta com a morte de D. Fernando, é muito importante. Nesse sentido diz Lopes que

[esta] Raynna dona Caterina, semdo seu marido vyuo, trabalhaua muyto com ele que ouesse boa paz e amyzade com dom Johaão, Rey de Portugal e cassado com sua jrmaã, fazendo-lhe palauras dos gramdes dyuydos que todos de consum (sic) aviam, e todallas boas razoes que a su preposyto acarretar podya, porque a esto o podesse demover (LOPES, *Cr. de D. João I*, segunda parte, p. 405).

Entretanto, como o rei entendesse que apenas o parentesco entre Dona Catarina e sua irmã Dona Filipa, mulher de D. João I, de Portugal, não era suficientemente forte para o convencer, a rainha voltou a insistir, argumentando que a assinatura das pazes não era nenhum demérito,

...ca elle nem seu padre nam fazia tal guerra saluo por parte da Raynha dona Breatiz; e que ella ouuyra dyzer a lleterados que seu padre se ouuera tão mal açerca dos trautos que sobre tal sobçesam foram feytos, que seu deryto era muy dovidosso; e que por tanto era bem aver paz (LOPES, *Cr. de D. João I*, segunda parte, p. 406).

Mas, apesar da importância que podemos atribuir aos conselhos de Dona Catarina, sua participação para a assinatura das pazes somente foi mais efetiva após ter se tornado regente, com a morte prematura do marido, quando conseqüentemente assumiu maior poder²⁰.

¹⁹ Enquanto a mãe de Gonçalo Vasques Coutinho aconselhou-o a ficar neutro até que as alianças em torno do Mestre de Avis ou do Rei castelhano se esclarecem melhor; a mãe de Nuno Álvares, Dona Eyrea Gonçalves, após tentar mostrar ao filho ser um erro tomar o partido do Mestre, acabou convencida de que ele estava certo e então abençoou-o e aconselhou-o a ser fiel companheiro. Cf. respectivamente: Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, Primeira Parte, p. 102 e 66-67.

²⁰ Sobre a importante participação de Dona Catarina no tratado de paz com Portugal cf. Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, Segunda Parte, p. 404 e ss.

Voltando aos conselhos, tomemos outro exemplo. Entre os rios Tejo e Odiana havia uma vila chamada Portel, da qual era alcaide Fernão Gonçalves de Souza, esposo de Teresa Meira. Na crise sucessória iniciada em 1383, essa Dona, como fora aia da Rainha Dona Beatriz, aconselhou o marido a se colocar ao lado do rei castelhano contra Portugal. Seguindo tal conselho, deu-se mal o alcaide, pois a localidade de Portel foi tomada por Nuno Álvares Pereira, que permitiu a seus habitantes saírem a salvo para Castela, onde Fernão Gonçalves recebeu outras vilas em troca de sua posição política. Ao sair do local, diz Lopes (cf. *Cr. de D. João I*, primeira parte, p. 298), o derrotado alcaide ia dizendo a sua mulher:

Andaae per aqui, boa dona, e hiremos balhando, vos e eu, a ssoom destas trompas; vos por maa puta velha, e eu por vilaão fodudo no cuu ca assi quisestes vos. Ou camtemos desta guisa, que será melhor:

Pois Marina baillo,
tome o que ganhou
melhor era Portell e Villa Ruiva,
que nom Çafra e Segura, tome o que ganhou,
dona puta velha.

O desrespeito do alcaide em relação à mulher é grande, embora seja inusitado nas crônicas de Lopes, como aliás também o é a estranha forma como o cronista se expressa a respeito. Portanto, não podemos considerar esse tipo de comportamento como sendo um ato corriqueiro, justamente porque foi singular. Mas, de qualquer forma, o que podemos concluir é que a mulher era ouvida e às vezes, como nesse caso, arcava de forma deplorável com as conseqüências advindas de seus conselhos. Apesar dos palavrões, é difícil dizer o que eles realmente representavam de prático. Não desconhecemos que a mulher medieval poderia tanto receber o tratamento mais inconveniente como também poderia ser endeusada. Basta tomarmos dois provérbios correntes àquela época para testemunharmos isso: “*A la muger y a la candela, tuercele el cuello si la quieres buena*”, representando o que há de mais grotesco no machismo medieval; e “*lo que la muger quiere: Dios lo quiere*”, reproduzindo justamente o oposto, o aspecto em que a mulher era vista sem que fosse esquecida a complementaridade dos sexos (MATTOSO, 1986, p. 46).

Em resumo, podemos dizer que restava à mulher o direito de pedir, pois nas Crônicas de Lopes são raríssimas as oportunidades em que elas aparecem

trocando idéias com um interlocutor masculino. Num raro diálogo que localizamos, envolvendo algumas viúvas de portugueses que haviam defendido as pretensões do rei castelhano durante a “Revolução de Avis”, e D. João I, observamos que uma delas, Dona Inês Afonso, foi visivelmente agredida de forma verbal pelo rei, por ter influenciado a posição do marido. Eis o diálogo:

Dize-me, Ines Afomssso, de quall Burgos ou de quall Cordoua era Gomçallo Vaasquez naturall, pera teer amte com os castellaãos que com os portuguesses? — Era naturall, dissella, de muyta maa ventura que tinha guardada, que o trouue a morer maa morte. — Maa morte moyraaes, disse El-Rey, ca uos matastes vosso marido e vosso filho; e esto dizia elle porque bem sabia elle que per aazo della teuerom elles com el-Rey de Castela. Senhor, dissella, nunca eu vy nem ouuy dizer que molher que matasse o marido e o filho per sua vontade. — Abasta! disse el-Rey. Nom curemos mais dessas razões (LOPES, *Cr. de D. João I*, segunda parte, p. 127 e 128).

Como pudemos notar pelos exemplos citados, a mulher portuguesa na Idade Média era um ator coadjuvante na história. Entretanto não culpamos Lopes, nem mesmo porque comparativamente ao homem a mulher aparece muito pouco em suas Crônicas. A leitura mais apreciada na época medieval eram as que diziam respeito aos feitos cavaleirescos e estes estavam reservados ordinariamente aos homens. Nosso cronista, ademais, apesar de todas as suas virtudes, era um homem de sua época e, por via de consequência, não assumiu, em relação à mulher, um posicionamento que estivesse em desacordo com os padrões vigentes.

O modelo máximo era o de Maria, mãe de Deus, situada abaixo do Pai e do Filho na hierarquia celestial. Não poderia ser diferente na terra, por isso, mesmo quando a mulher foi descrita de maneira bastante detalhada pelo nosso cronista, em virtude do cargo ocupado, como é o caso flagrante da rainha Leonor Telles, ele não se afasta de seu modelo padrão.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, E Fortunato de. *História de Portugal*. t. III. Coimbra : Ed. Fortunato de Almeida, 1922.
- BIASOTTO, Wilson V. *Realidade e imaginário social nas Crônicas de Fernão Lopes*. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP.
- CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo : Ed. Moraes, 1984.

- GAMA BARROS. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. t. II. Lisboa : Sá da Costa, 1945.
- LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro*. Org., prefácio e notas por António Borges Coelho, que teve em conta a edição crítica estabelecida por Giuliano Macchi (Roma : Ed. dell'Ateneo, 1966). Lisboa : Livros Horizonte, 1977. 183p.
- _____. *Crónica de D. Fernando*. Ed. crítica por Giuliano Macchi. Lisboa : Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1975. 641p.
- _____. *Crónica del Rei Dom João I de boa memória e dos reis de Portugal o décimo* : parte primeira. Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braancamp Freire. Prefácio por Luís F. Lindley Cintra. Lisboa : Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1977. 424p.
- _____. *Crónica del Rei Dom João I de boa memória e dos reis de Portugal o décimo* : parte segunda. Copiada fielmente dos melhores manuscritos por William J. Entwistle. Lisboa : Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1977. 461p.
- MATTOSO, José. A mulher e a família. In: A MULHER na sociedade portuguesa : visão histórica e perspectivas atuais. Coimbra : Instituto de História Económica e Social : Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.
- OLIVEIRA, Miguel de. *História eclesiástica de Portugal*. Lisboa : União Gráfica, 1958.
- PASSOS, Maria Lúcia Perrone de Faro PASSOS. *O herói na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes*. Lisboa : Prelo, 1974.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: *A escrita da história* : novas perspectivas. São Paulo : Ed. UNESP, 1992.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal* : Estado, Pátria e Nação. Lisboa : Editorial Verbo, 1978. V. 1.
- VILLA FRANCA, Conde de. *D. João I e a aliança inglesa*. Lisboa : Investigações Histórico-Sociais, 1950.